

DEPENDÊNCIA QUÍMICA: PROBLEMA BIOLÓGICO, PSICOLÓGICO OU SOCIAL? Mota LA. São Paulo: Paulus; 2007. 84 pp. (Coleção Questões Fundamentais da Saúde, 12).

ISBN: 978-85-349-27

O consumo de substâncias psicoativas é uma característica comum a populações da maioria dos países, inclusive a do Brasil, sendo o tabaco e o álcool as mais utilizadas. Muitas variáveis (ambientais, biológicas, psicológicas e sociais) atuam simultaneamente para influenciar a tendência de qualquer pessoa vir a usar drogas e isto se deve à interação entre o agente (a droga), o sujeito (o indivíduo e a sociedade) e o meio (os contextos sócio-econômico e cultural).

Existe no mundo extensa produção bibliográfica sobre questões relacionadas às drogas (psicológicas, sociais, educacionais, políticas, sanitárias, econômicas e religiosas), popularmente conhecidas como drogas lícitas e ilícitas. A partir do século XX, essas publicações se intensificaram. Várias foram as razões para isso. O avanço científico e tecnológico, o conhecimento armazenado, a gama de tratamentos existentes, o envolvimento de muitas áreas do conhecimento com essa temática, a alta prevalência de pessoas envolvidas (portadores de dependência, narcotraficantes, crianças, adolescentes, adultos ou idosos). As reflexões sobre essas questões ocupam grande parte da atenção dos estudiosos. Embora esses estudos representem boa bagagem na produção de conhecimento, ainda se fazem necessárias mais pesquisas para a melhor compreensão da complicada relação entre as drogas e o homem. Ainda que tenhamos uma significativa produção intelectual sobre substâncias psicoativas, somos um tanto acanhados na compreensão deste fenômeno, que muito bem é articulado na obra de Leonardo de Araújo e Mota.

Parafrazeando Conte ¹, pergunta-se: qual o campo em que se situam as drogas? A resposta é muito variada e heterogênea, tanto pelas disciplinas e ciências que se ocupam da área das substâncias psicoativas em relação ao uso de drogas, bem como pelos diferentes lugares que a droga ocupa na vida física, psíquica, legal e social do usuário e da comunidade. O uso de drogas situa-se em uma encruzilhada temática. O fenômeno diz respeito ao campo sociológico, médico, psicológico, jurídico, etimológico, psicanalítico, educacional, familiar e o religioso. Na pluralidade das interfaces desses campos é que o fenômeno da droga se situa. Sendo assim, cada lócus desse campo questiona e toma para si esse fenômeno em nome de alguma verdade que postula, oferecendo as mais diversas soluções ². É com essa perspectiva em vista que o autor desenvolve seu trabalho, "*Dependência Química: Problema Biológico, Psicológico ou Social?*".

Mota é graduado em Ciências Sociais, professor universitário e doutorando em sociologia (Universidade Federal do Ceará); procura fomentar a discussão

sobre a origem do problema das drogas em relação ao homem. Trata-se de um livro que "*fala as questões das drogas e não a questão das drogas*". Nesse sentido, estimula a reflexão para a causa (etiologia) do uso de substâncias psicoativas tanto para os profissionais da área da saúde, educação, segurança, ciências sociais quanto para o mundo acadêmico e outros que se interessem por esta temática.

Mota critica em seu livro o reducionismo de muitas teorias que tentam ditar suas "*verdades*" sobre a etiologia da relação entre o uso de drogas e o homem. Escreve o autor, "*entre os saberes psicológicos não existe uma teoria geral das dependências*" (p. 29). É preocupação constante a questão da "*eugenia ou da higienização social*" que utilizaria as drogas para desencadear uma nova corrida às tendências de produzir um cenário à seleção artificial dos indivíduos mais aptos. O autor aponta que o uso de drogas vem como uma panacéia, ou seja, o remédio para todos os males. A proposta do livro é justamente uma investigação sobre a etiologia das drogas. O autor elege a dimensão do modelo biopsicossocial o mais apropriado para esse fim, e argumenta que é necessário um tratamento interdisciplinar para a investigação desse fenômeno que é ao mesmo tempo biológico, psicológico e social, como lócus para compreender "*as questões das drogas versus o homem*".

Para poder tecer seus argumentos, Mota divide sua obra, além da introdução e conclusão, em cinco capítulos. O primeiro define o que é droga e traça uma breve revisão do termo. O segundo versa sobre a biologia das drogas da eugenia às neurociências, traz à tona as concepções teóricas sobre a etiologia de causa e as ciências biológicas, passando por Comte, Darwin, Lombroso e pelas teorias genéticas. O terceiro descreve a questão do uso de substâncias psicoativas e a psicologia: entre o prazer, o condicionamento e a angústia, de maneira a abordar os modelos psicanalítico e comportamental, citando a influência da família, da personalidade e do aprendizado social. Freud refere que o uso de drogas estaria a cargo pela luta por felicidade e como amortecedor de preocupações. Recentemente, os psicanalistas referem que o uso de substâncias psicoativas seria um sintoma da patologia social. Para a psicanálise as forças psíquicas são iguais em todos, mas cada indivíduo elabora seu sofrimento de forma distinta, portanto, a dependência de drogas seria apenas um dos recursos dentre outros disponíveis. O quarto capítulo oferece uma reflexão sobre a sociedade e o problema das drogas no contexto social contemporâneo. Centra-se nos fatores sociais de risco que favorecem o uso de substâncias psicoativas. Traz à baila Engels, Durkheim e Merton para discorrer sobre a etiologia do uso de drogas. No último capítulo, o autor aborda questões centrais do modelo biopsicossocial da dependência e coloca-o como uma síntese necessária para tal explicação. Descreve o fenômeno como complexo para se ater aos reducionismos teóricos, pois cada teoria tende a se intitular detentora de repostas.

A conclusão final é que paradoxalmente ao que tem mostrado a história, a etiologia da dependência química é tarefa impossível de se realizar, e precisará ainda ocupar muitas mentes e esforços. Praticamente nenhum cientista ou teoria chegou a uma conclusão definitiva sobre essa questão, visto que as ciências são intrinsecamente transitórias e que nenhuma instância acadêmica isoladamente é capaz de fornecer uma teoria ou resposta consistente sobre as causas do uso e abuso de substâncias psicoativas.

Embora os problemas do uso de drogas sejam considerados como uma (re)emergência na sociedade, não se pode deixar de ressaltar a importância de se realizar discussões com serenidade e comprometimento, não levando a construções anômalas, sem fundamentação alguma, não sendo possível pensar e abordar o tema em sua complexidade com reducionismos e preconceitos, apenas no campo conceitual teórico, puramente homogêneo e desarticulado.

Nesse sentido é imperativa e útil a visão de uma perspectiva de interdisciplinaridade ou a transdisciplinaridade, que permita conhecer o tema de forma mais ampla, pois a conjugação de esforços e abrangência de cada área possibilita por meio de pressupostos compartilhados uma visão sistêmica do fenômeno “*drogas*”. Isso tudo desvela a dimensão deste entrecruzamento epidemiológico que é o processo saúde-doença. O problema das drogas supera as questões simplesmente médicas, alimentando novas questões e problemas a ele relacionados, como por exemplo, a violência, a corrupção, a instabilidade política, o crime organizado, a lavagem de dinheiro, o favorecimento da propagação de AIDS e hepatites, entre outras. O produto “*droga*” encontra-se entre as três atividades mais lucrativas do mundo, superando o petróleo e o mercado das armas. Além disso, forma uma rede direta e indireta com um dos maiores empregadores de pessoas na produção, no consumo e na distribuição de substâncias psicoativas. Essa atividade agrega valor à sua existência, o que em muitas vezes explica a reduzida eficiência e eficácia de explicações, consolidando como poderosa economia ilegal.

De forma geral, encontram-se nessa obra argumentos consistentes para fundamentar as questões das drogas e talvez por isso se torne referência para os interessados no estudo deste fenômeno. O paradoxo da droga é que ele ao mesmo tempo traz alívio, alegria, diversão, poder, sedução, produz dor, sofrimento, desagração, escraviza e mata.

Ana Maria Bellani Migott
Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Passo Fundo,
Passo Fundo, Brasil.
pierinas@bol.com.br

1. Conte M. Psicanálise e redução de danos: articulações possíveis. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre* 2004; (25):23-33.
2. Le Poulichet S. *Toxicomanias y psicoanalisis: las narcosis del deseo*. Buenos Aires: Amorrortu Editores; 1990.

PSIQUIATRIA INSTITUCIONAL: DO HOSPÍCIO À REFORMA PSIQUIÁTRICA. Lougon M. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 226 pp. (Coleção *Loucura & Civilização*).

ISBN: 85-75411-088-1

Nas últimas décadas, o problema representado pelos transtornos mentais tem ocupado cada vez mais a agenda das políticas de saúde. Muitos países têm construído políticas de saúde mental comprometidas com o desenvolvimento de novas formas de cuidado, com a melhoria da qualidade de vida, garantia dos direitos de cidadania e combate às formas de violência, exclusão e estigma, de que são alvo as pessoas com transtornos mentais. Tais políticas têm se caracterizado pela redução significativa de leitos psiquiátricos e pela implantação de serviços baseados na comunidade.

No Brasil do final dos anos 1980, o processo de democratização, as pressões dos movimentos sociais associadas à luta pelos direitos humanos levaram à construção da “*Reforma Psiquiátrica*”, que obteve sucesso na consolidação de uma nova Política de Saúde Mental que tem como principais características: a redução de leitos e o maior controle sobre os hospitais psiquiátricos; a criação de rede de serviços substitutivos; a aprovação de nova legislação em saúde mental – a *Lei nº. 10.216*, de 6 de abril de 2001 – e a criação de dispositivos de apoio aos processos de desinstitucionalização, além da introdução da saúde mental na pauta de prioridades da educação permanente para o Sistema Único de Saúde (SUS). Em nosso país, a expansão de leitos psiquiátricos atingiu seu ápice em 1985, com 123.355 leitos credenciados ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), que representavam 23,57% do total de leitos oferecidos no Brasil, ocupando o primeiro lugar em oferta por especialidade. Atualmente, estima-se que o número de leitos psiquiátricos, credenciados ao SUS, esteja em torno de 38.842, ao lado da expansão progressiva da cobertura assistencial em saúde mental composta por “*uma rede com 1.123 CAPS distribuídos em todo o país, 479 Serviços Residenciais Terapêuticos, 860 ambulatórios de saúde mental, cerca de 60 Centros de Convivência e Cultura e 2.741 beneficiários do Programa de Volta para Casa*”¹.

É nesse contexto que situamos o livro de Mauricio Lougon, ou mais precisamente no início desse processo, uma vez que o texto permite revisitar a história pioneira de transformação de uma instituição psiquiátrica no Brasil. O livro contempla duas partes distintas: a primeira, produzida nos anos 1980, relata a experiência de transformação da Colônia Juliano Moreira. O autor integrou a equipe desse projeto e pôde documentar e analisar o processo no período de 1982 a 1985. A segunda parte, elaborada duas décadas após a primeira, discute as consequências decorrentes do processo de desinstitucionalização com base em estudos sobre as experiências norte-americanas e européias. Como apêndice são apresentadas 15 fotos do acervo pessoal do autor que ilustram aspectos do estudo empreendido.

Na primeira parte temos três capítulos. O primeiro caracteriza a Colônia Juliano Moreira que, na época, mantinha cerca de 2.600 internos, na maioria idosos, habitantes da instituição há mais de vinte anos. Somava-se a essa população 1.200 funcionários e 3 mil moradores, resultado de anos de ocupação de terras públicas. O texto descreve a instituição, suas funções